

Recife, 29 de janeiro de 2015.

Eu, **Henivaldo Severo Gomes Júnior, Secretário Judiciário Adjunto em exercício, fiz publicar.****O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, EXAROU EM DATA DE 28 DE JANEIRO DE 2015, A SEGUINTE DECISÃO:****PROCESSO Nº 0102/2015 - CJ (RP Nº 007027/2015)****INTERESSADO: Bel. Ícaro Nobre Fonseca****ASSUNTO: Anotação de Tempo de Serviço****DECISÃO**

Trata-se de procedimento administrativo pelo qual o magistrado **Ícaro Nobre Fonseca**, ocupante do cargo de Juiz Substituto, matrícula nº 187.061-0, requer a anotação, em sua ficha funcional, de tempo de serviço/contribuição no total de 1.560 (mil, quinhentos e sessenta) dias, para todos os fins legais.

Nesse contexto, a Consultoria Jurídica exarou o Parecer nº 119/2015 – CJ (às fls. 06/08), o qual foi ratificado pelo Consultor Jurídico, opinando pelo deferimento do pedido, para que seja anotado o tempo de serviço/contribuição descrito na Certidão de Tempo de Serviço emitida pela Diretoria de Gestão Funcional da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal do Estado de Pernambuco (fl. 03), no total de 1.560 (mil, quinhentos e sessenta) dias, para efeito de aposentadoria, disponibilidade e desempate na lista de antiguidade.

Isto posto, com base nos dispositivos invocados no opinativo da Consultoria Jurídica defiro o pedido de anotação do tempo de serviço/contribuição, nos moldes acima descritos, devendo a Secretaria Judiciária deste Poder fazer as devidas anotações.

Recife, 28 de janeiro de 2015.

Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves

Presidente

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: **JANEIRO /2014 a DEZEMBRO/2014**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Nota1)	
	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.077.437.498,52	-
Pessoal Ativo	887.855.068,21	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	189.582.430,31	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	(193.249.876,08)	-
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	(9.551,31)	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	(3.657.894,46)	-
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (Nota 2)	(189.582.430,31)	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	884.187.622,44	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DT P (IV) = (III a + III b)	884.187.622,44	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**VALOR**

REC EITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	18.475.020.080,82
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	4,79
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) < 6% >	1.108.501.204,85
LIMITE PRUDENCIAL (pa rágrafo único do art. 22 da LRF) < 5,7% >	1.053.076.144,61
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) < 5,4% >	997.651.084,36

FONTE : Sistema e-Fisco Financeiro - Unidade Responsável - Diretoria de Contabilidade – Recife, 29/01/2015.

Nota1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Nota2. O montante das contribuições previdenciárias FUNAFIN no período de janeiro/14 a do/14 foi superavitário em relação às despesas com Inativos e Pensionistas em R\$ 47.965.514,48. No entanto, para fins de evidenciação deste demonstrativo, foi informado no campo das despesas não computadas (Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados) o valor de R\$ 189.582.430,31, limitado ao total da referida despesa. Acórdão T.C. nº 1352/13.

Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Presidente

João Batista de Sousa Farias

Diretor Geral em exercício

Francisco José de Freitas Abreu Santos

Diretor Financeiro

Carleide Maria Bezerra

Diretora de Contabilidade

CRC-PE 019946/O

Wladimir Alves Gomes

Chefe da Controladoria

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2014 a Dezembro/2014

RGF- Anexo VII (LRF , art. 48)		R\$1,00
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do limite – TDP	884.187.622,44	4,79
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.108.501.204,85	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	1.053.076.144,61	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite definido p/ Senado Federal para Op. De Crédito Externas e Internas	-	-
Limite definido p/ Senado Federal para Op. De Crédito por Antec. Da Receita	-	-